



O Suicídio na Sociologia Brasileira¹

José Benevides Queiroz²

Resumo: O Suicídio, de Émile Durkheim, foi estratégico para a sociologia, pois o fenômeno era visto como individual e, por isso, objeto da psicologia. A obra fez-se clássica. Com ulteriores retificações, ela teve continuidade com Maurice Halbwachs, em 1930, e recentemente com Roger Establet e Christian Baudelot. No Brasil, mesmo Durkheim presente desde o início do século XX, o suicídio, enquanto objeto, foi relegado por nossa sociologia. O presente artigo visa fazer um balanço dos estudos brasileiros sobre o suicídio e lançar algumas hipóteses sobre o desinteresse de nossa sociologia pelo tema.

Palavras-chaves: Suicídio, Durkheim, Sociologia Francesa, Sociologia Brasileira

Suicide in Brazilian Sociology

Abstract: *Suicide, by Emile Durkheim, was a strategic work to Sociology, once the phenomenon was seen merely through an individual perspective, therefore, a proper object to Psychology. The book became a classic. With ulterior rectifications, it had continuity with Maurice Halbwachs, in the 1930s, and recently with Roger Establet and Christian Baudelot. In Brazil, although Durkheim was a present reference since the beginning of the twentieth century, suicide, as an object, has been relegated by our Sociology. The present article intends to review the Brazilian studies on suicide and to draw some hypotheses on why Sociology takes so little interest on the theme.*

1 O artigo é produto de uma pesquisa em andamento, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

2 Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís – Brasil – jose.benevides@ufma.br

Keywords: *Suicide, Durkheim, French Sociology, Brazilian Sociology*

1. INTRODUÇÃO

Enquanto problema social da modernidade, a preocupação com o suicídio não é recente, ela está presente desde os primórdios dessa sociedade. Segundo Chesnais (1976), por exemplo, a partir de 1826, o governo francês passa a fazer periodicamente o levantamento e a sistematização de dados sobre a ocorrência de mortes violentas no país, destacando-se os números de autoextermínio³. Por sua vez, Durkheim, em seu clássico *O Suicídio*, recorreu a estudos que datavam do início daquele século, como o de Guerry (*Statistique Morale de France*, de 1835) e o de Tissot (*De La Manie du Suicide et de L'esprit de Révolte, de Leurs Causes et de Leurs Remèdes*, 1841) (Durkheim, 2002: 17). Como o autor bem mostra, excetuando a Rússia, ainda com boa parte de seu território sob domínio feudal, o suicídio era uma dura realidade da modernidade europeia, apresentando quase todos os países taxas significativas e constantes (*Ibidem*: 13-14).

Este fenômeno, no entanto, não ficou recluso no passado. À medida em que a modernidade aprofundou as transformações sociais, pouco a pouco se expandindo e alcançando novas regiões e povos, o suicídio passou a ser um problema em quase todos os países. No presente, pelo último relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 2014, a taxa mundial de suicídio atingiu o índice de 11,4 suicídios por 100 mil habitantes. Segundo o mesmo informe, mais de 800 mil pessoas se suicidam todos os anos e deverá alcançar, em 2020, 1,6 milhão de mortes (WHO, 2014).

No Brasil, esse fenômeno também se faz presente. Apesar de ainda apresentarmos baixas taxas de suicídio, quando nos comparamos com outros países, já ocupamos o oitavo lugar no número de óbitos derivados de tal ato. Segundo a OMS, em 2012, 12 mil brasileiros tiraram suas próprias vidas (*Ibidem*); este número implicou em um aumento de 10,5% quando comparado ao ano de 2000. Outros dados também são impactantes: no mesmo período a ocorrência de suicídios cresceu 77,7% na Região Norte do país e apresentou uma tendência de aumento de casos entre a população mais jovem (*Ibidem*).

Este crescimento entre nós não passa despercebido pela sociedade brasileira, muitos são os indícios contrários. Em 2018, três das quatro principais revistas semanais, por exemplo, dedicaram reportagens sobre o fenômeno do suicídio e o seu

3 Na publicação que Marx faz dos relatos de Jacques Peuchet, intelectual e político que ocupou inúmeros postos na burocracia do Estado francês, este último elabora uma tabela onde consta que, de 1817 a 1824, ocorreram 2808 suicídios em Paris (Marx, 2008: 51).

impacto na vida cotidiana das pessoas⁴. O Centro de Valorização da Vida (CVV), criado em 1962, “por um grupo de pessoas preocupadas com o alto índice de suicídios na cidade de São Paulo” (CCV, 2002: 11), pouco a pouco se expandiu e hoje se encontra em quase todos os estados da federação, 19 para sermos mais precisos, e, por meio de uma parceria com o Ministério da Saúde, pode ser acessado gratuitamente pelo número de telefone 188 em qualquer lugar do território nacional. Ainda por iniciativa do CVV, foi criado em 2015 a campanha anual Setembro Amarelo,⁵ que busca chamar a atenção da sociedade para a prevenção do suicídio, logo encampada pelo Ministério da Saúde. Este, desde então, passou a divulgar relatórios e boletins anuais sobre as mortes auto infligidas no país⁶. Em síntese: a sociedade não só toma consciência do problema do suicídio, como também se mobiliza para enfrentá-lo.

Este quadro apresenta-se como um campo de pesquisa importante às Ciências Sociais brasileiras, em particular à sociologia. Contudo, não foi isso que nosso levantamento constatou: afora estudos na área da História, que basicamente se dedicam à discussão do suicídio dos escravizados no Brasil oitocentista, e os antropológicos centralizados principalmente em torno da população indígena, há uma escassez de trabalhos sociológicos sobre o fenômeno⁷. Nos últimos anos, período que cobre o novo relatório da OMS, dos três livros publicados sobre o tema que identificamos, que se localizam na ou próximos às Ciências Sociais, nenhum é da área da Sociologia: um é do Jornalismo (Dapivie, 2007), outro da Geografia (Bando e Barrozo, 2010) e, por último, da História (Ferreira, 2015). Em contrapartida, principalmente nos seus periódicos especializados, abundam trabalhos sobre o suicídio na área da saúde, inclusive de psicólogos e psicanalistas que aí se inserem; destaque-se aí a publicação de uma dissertação de mestrado em Saúde Pública (Marquetti, 2011).

4 Os títulos expressam a preocupação com o fenômeno: “A dor sem nome: os sobreviventes do suicídio convivem com um sofrimento peculiar, carregado de solidão e culpa”, *Época*, de 16/04/2018; “Uma opressão maior que a vida: casos de suicídios em escolas de São Paulo disparam um alerta na sociedade...”, *Isto É*, de 02/05/2018; “O suicídio e o mundo à sua volta: os enigmas em torno da segunda maior causa de morte entre adolescentes no Brasil” *Carta Capital*, de 09/05/2018.

5 Segundo a página do CVV na internet, a campanha em setembro tem esta denominação porque “amarelo é a cor da vida, da luz, do sol. É mês de se unir a esta campanha de valorização. Tal como ocorre no Maio Rosa ou no Novembro Azul...” *Amarelo, a cor da vida!* Disponível em: <<https://www.cvv.org.br/blog/amarelo-cor-da-vida/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

6 Em 20 de setembro de 2018, por exemplo, o Ministério da Saúde apresentou “novos dados sobre tentativas e óbitos por suicídio no país”, atualizando o boletim, que foi “uma das metas da Agenda Estratégica de Prevenção do Suicídio, lançada pela pasta em 2017”. *Novos dados reforçam a importância da prevenção do suicídio*. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44404-novos-dados-reforcam-a-importancia-da-prevencao-do-suicidio>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

7 Quando este texto já estava pronto, tivemos a grata surpresa do recente artigo *O suicídio no Brasil contemporâneo*, fruto de uma pesquisa coletiva, publicado no segundo número de 2018 de *Sociedade e Estado*.

Como explicar este desinteresse da sociologia brasileira sobre o referido fenômeno? Antes de respondermos à questão, veremos como o suicídio se converteu em um objeto da sociologia, em particular na França, e como foi tratado entre nós.

2. O SUICÍDIO COMO OBJETO DE DA SOCIOLOGIA

Como mostrado anteriormente, na modernidade, à medida que emergiu com vigor no cotidiano das pessoas, o suicídio passou a preocupar e a exigir explicações de diversos setores da vida social. Nesse novo contexto social, metamórfico e instável, os primeiros passos buscando respostas à incidência de um ato tão impactante, distados da visão místico-religiosa e abraçando a perspectiva racional-científica, foram dados pelos médicos dedicados aos estudos e tratamento dos transtornos mentais – à época chamados de alienistas – e por demógrafos e estatísticos.

No limiar do Século XIX, abundam estudos que vinculam o ato de tirar a vida com o que identificavam como doenças mentais. Estas decorriam, segundo os médicos alienistas, da hereditariedade, dos distúrbios cerebrais, do alcoolismo etc. Um dos primeiros estudos foi elaborado por Jean-Étienne Esquirol: em 1821, ele escreve o verbete *suicide* para o *Dictionnaire des Sciences Médicales* e, em 1838, publica *Des Maladies Mentales, Considérées Sous les Rapports Médical, Hygiénique et Médico-légal*, no qual associa o suicídio à alucinação (Borlandi, 2000). Na avaliação de Esquirol, o suicídio “mostra todas as características de transtornos mentais dos quais na verdade é apenas um sintoma” (Esquirol *apud* Giddens, 2001: 231-232).

Ainda na segunda década oitocentista, Jean-Pierre Falret, um dos expoentes da medicina mental do período, publicou, em 1822, *De L'hipochondrie et du Suicide*, em que buscou explicar as causas dessas duas doenças, bem como os tratamentos adequados de ambas. Pertence também à primeira metade do referido século o trabalho do médico Jean-Baptiste Cazauvieilh, publicado em 1840, intitulado *Du Suicide, de L'alienation Mentale et des Crimes Contre les Personnes, Comparés Dans Leurs Rapports Réciproques*; aí ele distinguiu três classes de suicídio: um decorrente do “delírio da inteligência”, outro do “delírio de afetos” e o terceiro denominado de “delírio de ações ou loucura de raciocínio” (Cazauvieilh, 1840: III). Vários outros estudos alienistas sobre o suicídio prosseguiram nos anos seguintes. Na França mesmo publicaram-se inúmeros trabalhos na mesma linha: como o *Du Suicide et da Folie Suicide*, de 1856 e reeditado em 1865, de Alexandre Brière de Boismont, que “... procedeu a um exame sistemático dos relatórios dos 4.595 casos de suicídios parisienses perpetrados entre 1834 e 1843... [bem como]... examinou as 1328 cartas (ou vestígios escritos de natureza variada) deixadas por esses suicidas para

explicarem seus atos” (Besnard, 2000: 48); ou o *Étude Sur le Suicide et les Maladies Mentales Dans le Département de Seine-et-Marne: Avec Points de Comparaison Pris en France et à L'étrange*, que médico legista Émile Le Roy publicou em 1870, e a tese de medicina *De la Contagion du Suicide. A Propos de L'épidemie Actuelle*, que o psicopatologista Paul Moreau de Tours defendeu em 1875. Porém, não só na França. Na Itália, por exemplo, o médico Enrico Morselli escreveu vários textos e livros sobre o tema, publicando em 1879 *Il Suicidio. Saggio di Statistica Morale Comparata*. Outro que pode ser mencionado é o estudo do médico inglês S. A. K. Straham, que, em 1894, publicou o livro *Suicide and Insanity*, no qual defende que o suicídio está relacionado à hereditariedade.

No Século XIX, o fenômeno do suicídio foi também objeto de atenção de estatísticos e demógrafos. Destaca-se entre eles os pioneiros trabalhos do estatístico belga Adolphe Quételet, que publica, em 1835, *Sur L'homme et le Développement de Ses Facultés ou Essai de Physique Sociale*; baseado da sistematização dos dados publicados por órgãos governamentais, o belga colocou em evidência a regularidade da vida social: como outros fenômenos, os suicídios pareciam resultar de decisões decorrentes somente da liberdade individual, mas suas taxas anuais apresentavam consideravelmente estáveis e regulares (Fellag, 2007: 17-18). Além de Guerry, citado em momento anterior, vários estudos estatísticos franceses sobre o suicídio trilham o caminho de Quételet: dentre outros, destacam-se Alfred Legoyt, Gustave François Étoc-Demazy e Égiste Lisle, sendo os dois últimos oriundos da área médica. Contudo, os inúmeros trabalhos do estatístico Jacques Bertillon se destacam na década de 70 e 80 por eles apresentarem diversos estudos relacionando estado civil e o suicídio (Borlandi, 2000). Os estatísticos alemães Adolph Wagner e Alexander Von Oettingen, por seu turno, desenvolveram estudos sobre as relações e influências das religiões sobre a recorrência do suicídio. Enrico Morselli, por sua vez, produziu inúmeros estudos estatísticos mostrando que tanto o estado civil como o credo religioso interferiam nas taxas de suicídio (Halbwachs, 2002: 149-219).

Contudo, apesar da contribuição original dos médicos alienistas e estatísticos, seus estudos sobre o suicídio ou desconsideravam o fator social ou este era tomado de forma indireta, inconclusa; por um lado, havia a redução do ato da pessoa tirar a vida a fatores biológicos, por outro, tendia-se a não explicar por que determinados aspectos ou características sociais influenciavam para mais ou para menos as taxas de suicídio. A constituição das Ciências Sociais ajudou a superar esses limites.

Dentre os pensadores clássicos, o texto de Karl Marx, *Peuchet: Vom Selbstmord*, publicado no Brasil com o título *Sobre o Suicídio* (Marx, 2008), interessa por motivos diferentes a que sua obra geralmente é associada. O relato de

Peuchet que Marx apresenta é importante, pelo menos, por dois aspectos. Primeiro, ele consegue transmitir a dimensão sinistra, pois de grandes proporções, que o suicídio representava para a sociedade francesa, em particular parisiense, em fins do século XVIII e início do seguinte. Segundo, o de relacionar o suicídio com questões transcendentais à dimensão individual: é-nos revelado que, face à moral vigente, às convenções e normas estabelecidas, às crenças religiosas, às crises financeiras etc., o ato de se matar, para muitas pessoas, de diversas classes, era a única solução possível. Ou seja, já em 1846, Marx mostrava que o suicídio também podia ser relacionado e explicado por fatores de ordem social.

Por essa mesma perspectiva, cinco décadas depois, Durkheim desenvolveu seu estudo que redundou na publicação de *O Suicídio*, em 1897. Diferente de Marx, o francês não tomou emprestado de terceiros, mas construiu (com a inestimável ajuda do seu sobrinho Mauss) seu objeto de estudo. Para à época, a meticulosa operação metodológica que envolveu a construção do objeto era de uma originalidade sem par. Primeiramente, como bem mostra Cyril (2015: 35-36), Durkheim enfrentou a crença disseminada de que o suicídio era um ato puramente individual, de natureza privada, exclusivamente psicológica, e que, por isso, imprevisível e inexplicável. No entanto, ao contrário de uma esperada variação aleatória – de um ano para o outro – da taxa de suicídio nacional, Durkheim demonstrou que ela apresentava uma grande regularidade. Apoiado nessa constatação, e fundamentado sobre dados, ele pôde desvincular a causalidade daquele fenômeno da esfera individual (Durkheim, 2002: 08-09).

Ainda na introdução, Durkheim reforçou a possibilidade de estudar o suicídio do ponto de vista social adotando o seguinte recurso: comparando países semelhantes, em plena modernidade, demonstrou que suas taxas de mortalidade eram próximas. Diversamente, também mostrou que o mesmo não acontecia em relação às taxas de suicídio. Neste caso, os fatores sociais, como a cultura, a religião, os costumes locais etc., explicavam as diferenças entre os países (*Ibidem*: 13-14).

Daí em diante, estribado em sua concepção metodológica, o autor desenvolveu a sua obra. Primeiramente, para legitimar o conhecimento sociológico que propunha, ele buscou desconstruir todas as explicações até então estabelecidas acerca do suicídio. Com esta finalidade, mostrou a improcedência dos estudos que imputavam as causas de tal fato aos aspectos puramente psicológicos, à raça, à hereditariedade e, até mesmo, aos fatores cósmicos. Por fim, encerrando o primeiro livro, ele desenvolveu um longo capítulo dirigido principalmente contra seu concorrente direto na busca de legitimação do conhecimento sociológico, no caso Gabriel Tarde, que explicava o suicídio com base no ato individual da imitação; uma de suas refutações era de que a causa das taxas de

suicídio não decorria da imitação em si, pois que esta era gestada e produzida pela própria dinâmica da vida social (*Ibidem*: 117).

Para analisar a diversidade das incidências do suicídio – como: quem mais se mata são os homens em relação às mulheres, os solteiros e divorciados em relação aos casados, os protestantes frente aos católicos – tipificadas por meio da leitura dos relatórios produzidos por órgãos governamentais, Durkheim formulou conceitos específicos que buscavam dar explicações de cada tendência. Assim, por exemplo, o conceito de *suicídio egoísta* expressaria um estado de desagregação da sociedade – quer religiosa, doméstica ou política –, o que resultava em um excesso de individualismo (*Ibidem*: 222-223); já o de *suicídio anômico*, expressando um estado de desregulamentação social, esclarecia a causa dos industriais⁸ matarem-se mais que os operários.

Desde sua publicação até hoje, passando em revista ao longo desse tempo os diversos estudos sobre o suicídio, o livro de Durkheim permanece como referencial.

Um dos primeiros a revisitar *O Suicídio*, a fim de verificar sua pertinência, foi um dos diletos discípulos de Durkheim e colaborador do *L'Année Sociologique*, Maurice Halbwachs. Mais de três décadas depois, em 1930, este último publica *As Causas do Suicídio*. À luz de novos e sofisticados recursos estatísticos e o consequente aceso a dados mais precisos, pôs à prova o trabalho do mestre. A princípio, como ressalta Marcel Mauss em um breve prefácio, o objetivo:

Era proceder simplesmente a uma atualização do trabalho de Durkheim; indicando, num capítulo suplementar ou numa Introdução, em alguns pontos, dados novos publicados após um terço de século, confirmando ou não suas conclusões. Halbwachs sentiu-se pouco a pouco forçado a empreender novas pesquisas, de colocar novos problemas, de apresentar os fatos sob um outro aspecto (Mauss, 2002: 01).

Isso faz Mauss ressaltar a necessidade de um novo livro. Isto porque, seguindo a perspectiva durkheimiana de que a observação histórica é fundamental para a sociologia, era “necessário levar em conta fatos novos e consideráveis que ocorreram depois de 1896” (*Ibidem*). A atualização dos dados até a década de 1920 permitiu Halbwachs checar e questionar algumas conclusões de *O Suicídio*, formular novas e propor outras abordagens.

8 Segundo Durkheim, estes se suicidavam com maior frequência porque, em virtude do estado de desregulamento social ou anomia, suas paixões eram “menos disciplinadas no momento mesmo em que elas teriam precisão de uma disciplina mais forte” (Durkheim, 2002: 281).

Dentre outros, podemos aqui destacar quatro aspectos. Primeiro, Halbwachs não retoma os conceitos estabelecidos por Durkheim que distinguem os tipos de suicídio. Segundo, diverso do que Durkheim preconizara, ele mostra que as taxas de suicídios dos países europeus apresentavam a tendência, não de permanecerem diferentes, mas de se assemelharem (Halbwachs, 2002: 67-85). Terceiro, ele discorda da relação entre religião e suicídio estabelecida por Durkheim: como as crenças das pessoas são difíceis de serem isoladas de outros fatores sociais, as taxas de suicídio entre elas não são constantes, tendem à diminuição e é necessário levar em consideração o meio social – se rural ou urbano –; assim, diferente do que se encontrava em *O Suicídio*, Halbwachs mostra que nem sempre os protestantes matavam-se mais que os católicos, pois no campo, estes últimos apresentavam o dobro da taxa de suicídio dos primeiros (*Ibidem*: 181-220). Por fim, ao contrário de Durkheim, que defendia que tanto a ruína quanto o *boom* econômico faziam crescer o suicídio, Halbwachs, baseado em um minucioso levantamento de dados sobre a Alemanha, que passou por uma profunda modificação econômica – com acelerada industrialização – a partir de 1870, chega à conclusão de que são as consequências das crises econômicas que favorecem a alta do número de suicídios. Na conclusão do capítulo *A influência das crises econômicas*, ele afirma que a estagnação provoca:

Um sentimento obscuro de opressão que pesa sobre todas as almas, porque há menos atividade geral, em que os homens participam menos de uma vida econômica que os excede e, por sua atenção não está mais voltada para o exterior, preocupam-se mais não apenas com sua aflição ou sua mediocridade material, mas com todos os motivos individuais que podem ter para desejar a morte (*Ibidem*: 284).

Além desses aspectos, em *As Causas do Suicídio* o autor avança no sentido de que o estudo sociológico sobre o suicídio não poderia prescindir da dimensão psicológica, pois que, em última instância, o ato de pôr fim a própria vida tem um componente individual.

O pós-1945 é o momento em que ocorre um arrefecimento na sociologia francesa e, conseqüentemente, nos estudos sobre suicídio. Muito contribuiu para isso a morte prematura de Durkheim, fazendo seus estudos e a própria sociologia perderem espaço no mundo acadêmico-científico (Cuin e Gresler, 1994: 165-174).

Isto muda em fins da década de 1950 e durante a seguinte, quando se verifica uma eferescente e vigorosa retomada da sociologia. É neste contexto que surgem os trabalhos de Bourdieu, Boudon, Crozier, Passeron e Touraine, dentre outros. Curiosamente, uma das obras de referência neste momento será *O*

Suicídio. Como Establet destaca, Boudon e Lazarsfeld, no livro *A Análise Empírica da Causalidade*, “apresentam ao público francês os métodos atuais da sociologia americana. Nesse livro, que se tornaria obra de referência no ensino superior, *O Suicídio* ocupa um lugar de destaque” (Establet, 2009: 120).

Esta retomada repercutirá no retorno gradativo dos estudos sociológicos franceses sobre o suicídio. O texto de Duchac (1964), sobre o suicídio no Japão, bem expressa este novo momento. O próprio Establet, juntamente com Baudelot, quando dos cursos introdutórios de sociologia, viu-se pressionado pelos alunos que desejavam saber o que *O Suicídio* poderia esclarecer sobre a realidade francesa da época (*Ibidem*: 121).

O resultado de tal pressão, levando os autores a atualizarem os dados apresentados por Durkheim, a verificarem a hodiernidade de suas hipóteses e conclusões, resultou no livro *Durkheim e o Suicídio*, cuja primeira edição data de 1984; posteriormente, a obra foi reeditada cinco vezes, com correções e atualizações⁹. Para realizar tal projeto, os autores rediscutem a natureza do suicídio enquanto *fato social* por meio das três principais tabelas de *O Suicídio*, o que lhes permitem explicar como Durkheim utilizou o recurso da estatística, formulou conceitos e estabeleceu coeficientes e taxas de suicídio, bem como relacionou o fenômeno com diversas variáveis (horário, dias na semana, local de residência, estado civil etc.) (Baudelot e Establet, 1999: 15-45).

Com este referencial delineado, Establet e Baudelot discutem criticamente o uso da estatística, ressaltando seus alcances e limites (*Ibidem*: 46-75). Eles desenvolvem também toda uma reflexão confrontando a realidade do suicídio explicada pela sociologia com a forma que ele aparece na imprensa, na literatura e na história (*Ibidem*: 76-88). Por fim, depois de terem abordado sociologicamente o suicídio por esses três ângulos, Establet e Baudelot discutem o fenômeno na França contemporânea, destacando o que se mantém e que foi superado de *O Suicídio*: por um lado, ao contrário do que concluiu Durkheim, hoje em dia as pessoas tiram mais suas vidas no campo do que nos centros urbanos e as aquelas das camadas mais pobres se matam mais do que as pessoas mais abastadas; por outro, confirmando as análises de Durkheim, os homens continuam se matando mais que as mulheres e, em relação aos celibatários, o casamento protege as pessoas do suicídio¹⁰ (*Ibidem*: 89-108).

9 Na primeira edição os dados apresentados sobre o suicídio na França iam de 1826 até 1983. Na quinta e última edição, os autores estenderam os números até 1994 (Baudelot e Establet, 1999: 18).

10 A pesquisa de Philippe Besnard reafirmou também que, de fato, procede a teoria durkheimiana sobre o poder de a regulação conjugal atenuar as mortes por suicídio (Besnard, 1997).

Assim, esse estudo permitiu Establet e Baudelot demonstrarem que a ousadia de Durkheim em estudar sociologicamente o suicídio não fora descoberta. Antes pelo contrário, pois, segundo eles, “uma conclusão se impõe: a obra resiste” (*Ibidem*: 109). Não só. Como várias explicações de Durkheim ainda se mantêm, esses autores vaticinam que ele é “um dos raros sociólogos a ter feito uma descoberta” (*Ibidem*). *Durkheim e o Suicídio* foi o ponto de partida para novos estudos desses autores, resultando em inúmeros artigos em revistas.

Mais recentemente, em 2006, eles publicaram o livro *Suicídio, o Inverso de Nosso Mundo*. Neste, além de aprofundarem a pesquisa e a análise sociológica do suicídio, eles fazem um estudo pormenorizado relacionando o fenômeno com as transformações – principalmente a econômica – de diversos países: vão desde os trinta anos gloriosos do Estado do Bem-Estar Social, passando pela debacle soviética e Leste Europeu até à ascensão econômica da China. Na abrangência desse trabalho, eles aproveitam para testar novamente algumas variáveis, como sexo, idade, classe social, riqueza etc., em relação ao suicídio. Em 2018, o livro foi reeditado, atualizando os dados e acrescentando um prefácio inédito, intitulado *Suicídio em baixa*, em que formulam hipóteses para explicar a consistente queda das taxas de suicídios nos últimos anos em boa parte da Europa, destacando-se aí o uso massivo de antidepressivos e as políticas preventivas desenvolvidas pelos sistemas de saúde pública (Baudelot e Establet, 2018: 07-23).

Contudo, não são somente esses autores que trabalham atualmente com o tema do suicídio na França. Ele é objeto de estudo de diversos outros sociólogos dentre os quais podemos citar: Nicolas Bourgoin, Louis Chauvel, Anne-Sophie Cousteaux, Jean-Louis Pan Ké Shon etc.

3. O ESTUDO DO SUICÍDIO NO BRASIL.

No Brasil, nos primórdios de nossa sociologia acadêmica, pareceu que o suicídio poderia vir a ser um objeto de estudo sempre presente em sua pauta de preocupações. Contudo, passados mais de oitenta anos de nosso primeiro curso de sociologia – na Universidade de São Paulo –, raros são os estudos sobre o fenômeno.

3.1. O suicídio do negro.

O suicídio da população afrodescendente brasileira tem sido estudado com frequência pela História, particularmente o dos escravos do século XIX. Contudo, o precursor parece ser Roger Bastide, que publicou, em 1952, *Le suicide du*

*nègre brésilien*¹¹. Apesar de aparecer nos *Cahiers Internationaux de Sociologie*, o artigo pode ser creditado à sociologia brasileira por dois motivos: primeiro, porque ele foi publicado quando o seu autor era professor da Cátedra de Sociologia na Universidade de São Paulo (USP) e, segundo, ocorreu no momento em que trabalhava com Florestan Fernandes no Projeto da UNESCO¹², que pesquisou sobre as relações raciais no Brasil¹³.

Bastide inicia propondo superar um problema recorrente na sociologia francesa ao tratar do suicídio: em geral, o fenômeno era estudado com base em uma perspectiva dualista, em que se priorizava ou o indivíduo ou a sociedade; assim, opunham psicólogos ou psiquiatras, como Achille-Delma, aos sociólogos, como Durkheim e até mesmo Halbwachs, que já tinha proposto superar tal dicotomia. Defendendo a reciprocidade entre os dois, ele ressalta que este seu ponto de vista era muito semelhante daquele da socióloga Ruth Cavan, da Universidade de Chicago, no seu livro *Suicide*, de 1928, quando ela fez “da tendência suicida uma tendência individual, mas de natureza social, ou quando mostra a convivência do contexto com as atitudes dos particulares” (Bastide, 1952: 79). Levando em consideração este referencial ele diz que estudará “o suicídio do negro brasileiro, em particular o de São Paulo, onde dispomos de estatísticas mais ricas e relativamente mais seguras” (*Ibidem*: 79-80). Neste caso, impunha-se a seguinte questão: em que medida, no correr de um século, a passagem do negro do regime tribal para o servil e deste para o regime salarial, e já neste último ter – sob a república – migrado para um grande centro urbano e industrial, se manifestou nas estatísticas do suicídio?

Bastide traça vários cenários para responder à questão. Coerentemente, todas as explicações tentam fundamentar-se na reciprocidade entre o individual e o coletivo.

Na escravidão, por exemplo, era possível identificar esta dupla dimensão. Segundo Bastide, apesar do africano conhecer o *suicídio altruísta* e o *egoísta*, o ato em si era raro na África. Porém, no Brasil, as estatísticas do tempo da escravidão e os arquivos de polícia “mostram que o suicídio do negro era algo corrente

11 A tradução desse texto foi publicada na Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS), v. 15, n. 29, 2018.

12 Sobre este projeto ver Maio (1999).

13 Embora Bastide não trate do suicídio ao escrever os capítulos *Manifestações do preconceito de cor e Efeitos do preconceito de cor*, que se encontram no livro *Branços e Negros em São Paulo*, o qual tem outros capítulos escritos por Florestan Fernandes e que resultava da pesquisa do Projeto UNESCO, muitas das análises sobre a condição do negro na cidade de São Paulo estão presentes e servem de fundamentação para o artigo publicado nos *Cahiers Internationaux de Sociologie*.

e em número sempre infinitamente superior ao suicídio do branco” (*Ibidem*: 81). Ao contrário da explicação psicopatológica de Dalmas, que baseava seus argumentos na migração espontânea, Bastide defende que “a migração forçada do escravo não pode justificar a tese individualista”, pois, “nestas condições, é evidente que a diferença entre aqueles que permaneceram na África e aqueles vieram para o Brasil não podia obedecer a uma diferença de constituição” (*Ibidem*). Por outro lado, quando confrontado com ao negro dos Estados Unidos, cuja crueldade da escravidão excedia o imaginável, paradoxalmente por aqui o número de suicídios era muito maior. Neste caso:

O suicídio está ligado ao ressentimento, e quando o ressentimento não pode tomar a forma de luta contra o branco, em razão de seu paternalismo afetivo, ele se volta contra si mesmo. Também o jogo das tendências individuais traduz uma situação social: de um lado, o psíquico está todo penetrado pelo coletivo, mas, de outro, o social não age a não ser por meio da psicologia do ressentimento. As representações coletivas que marcam este primeiro tipo de suicídio são duplas: de um lado, africanas, de outro, brasileiras (*Ibidem*: 82).

As coisas mostravam-se ainda mais complexas quando se constata que, com a existência da alforria, “os suicídios dos negros escravos sempre ultrapassaram largamente aqueles dos negros livres” (*Ibidem*: 83). Aqui, a explicação psicológica padecia novamente, uma vez que a alforria era concedida aleatoriamente e não fundado no perfil psíquico de cada indivíduo.

Contudo, o momento seguinte, pós-escravidão, ocasionou o recrudescimento do suicídio dos negros. Este aparente paradoxo é esclarecido por Bastide: por um lado, ao acorrerem para as cidades, os ex-escravizados não tinham qualificação e a indústria nascente não os absorvia; por outro, além de concorrerem na busca de emprego, os imigrantes europeus solaparam as ocupações artesanais exercidas pelos primeiros negros livres; realidade acompanhada pelo aumento da mendicância, da inatividade e da elevação da taxa de suicídio do negro em relação ao branco. Neste contexto, segundo o autor, o caso do mulato¹⁴ bem expressava a interpenetração entre o psíquico e o social. Isto porque:

Tanto o mulato supera no suicídio, como também, na mesma época, no percentual das doenças mentais dentre as pessoas de cor. Assim, parece que a ruptura de um sistema social, que sem dúvida fazia sofrer o negro, mas

14 A palavra *mulato* tem uma conotação pejorativa, racista mesmo, à medida em que retrata a pessoa descendente da miscigenação do negro com o branco como um ser estéril, como no caso da mula. Contudo, mantivemos a palavra porque assim se encontra no texto em francês escrito por Roger Bastide.

que lhe assegurava por outro lado certa segurança, age somente por meio de pulsões individuais, uma vez que é este “homem marginal” – isto é, o homem que, em razão de ser mais claro, esperava subir o mais alto possível, mas que era rejeitado pelo próprio grupo dos negros do qual desejava escapar – que representa a maior proporção de mortos voluntários (*Ibidem*: 84).

Neste caso, o autor avalia que consegue, ao mesmo tempo, analisar o suicídio por meio das perspectivas individual e social.

A consolidação urbana e industrial da cidade de São Paulo vai gradativamente mudando o perfil das pessoas que se suicidavam. Para demonstrar isso, Bastide elabora a seguinte tabela:

Taxa de suicídio em relação a 10.000 habitantes de cada categoria de cor

	BRANCO	MULATOS	NEGROS
1880	0,63	0,90	2,41
1885	0,27	0,93	1,56
1895	0,46	1,38	1,35
1935	1,30	0,60	0,30
1940	1,00	0,66	0,33

Excluindo as tentativas, segundo o autor porque era muito mais fácil identificar as das “pessoas de cor” e mais difícil registrar as das pessoas brancas, a tabela mostra uma progressiva inversão: vai decrescendo o número de suicídios entre os negros e os mulatos e aumentando os da população branca; os mulatos permanecendo à frente dos negros. Isto se explicaria porque o antigo meio social – patriarcal, católico e rural, que condenava o suicídio – que protegia o branco nativo de tirar a própria vida desapareceu; ou seja, o antigo freio que o social exercia sobre o psíquico erodiu. Já com o negro ocorria o seguinte: de um lado, o declínio da antiga mentalidade africana, baseada no animismo ancestral, que impelia ao suicídio e, doutro, o estabelecimento de um novo equilíbrio social fez o percentual de negros que praticavam tal ato corresponder ao seu percentual na população; ou seja, o psíquico passou a prevalecer sobre o fator social.

Chegado neste ponto, Bastide passa a fazer uma série de observações. Primeiro, discute os fatores externos do suicídio, como o modo de executá-lo: enquanto o negro tirava sua vida afogando-se, envenenando-se ou enforcando-se, o branco o fazia majoritariamente por meio de armas de fogo. Nos dois casos se conjugavam fatores culturais, sociais e econômicos. Segundo, trata dos fatores internos: os motivos do ato suicida, estes registrados em cartas ou por relatos

das famílias etc. Bastide aproveita também para demonstrar que algumas variáveis utilizadas por Durkheim não tinham amparo no Brasil, particularmente em São Paulo¹⁵:

Aqui, por exemplo, é o homem casado que se matar mais que o celibatário (de 1938 à 1941: 746 celibatários, 869 casados, 115 viúvos e 4 divorciados; a diferença é ainda mais acentuada se eliminamos destas cifras as tentativas: 210 celibatários, 289 casados); o brasileiro católico ou o imigrante italiano católico mata-se mais que os imigrantes alemães luteranos (12,8, 13 e 2,6 por 10.000 habitantes respectivamente) (*Ibidem*: 87-88).

Para o autor, esta imprecisão nos argumentos de Durkheim ocorria porque ele, assim como Delmas, encontrava-se preso à perspectiva teórica dualista.

Assim, munido da tese da reciprocidade entre o subjetivo e o objetivo, o individual e o coletivo, ele chega à seguinte conclusão:

Deste modo, superamos o dualismo primitivo. Queríamos ver em que medida a sociedade intervém na frequência das mortes voluntárias. Nos pareceu que o estudo de um grupo racial era particularmente indicado para esta finalidade, pois constituía uma espécie de sismógrafo que registra todos os abalos, mais ou menos violentos, e todas as desordem da estrutura social... A passagem de um certo *status* social a outro, do *status* tribal ao escravista, do *status* escravista ao do negro livre, corresponde aos aumentos ou às diminuições do suicídio, que são muito mais evidentes para que possamos aceitar a tese do Dr. Delmas. Porém, uma vez a importância desse fator reconhecido, tínhamos, para compreender os fatos, que pouco a pouco reintroduzir o psíquico no social e analisar um certo número de “atitudes” mentais. Assim, o suicídio pode muito bem ser compreendido tanto de dentro como de fora, pela análise das estatísticas que denunciam as influências sociais e pela psicologia que analisa os casos individuais, mas sempre tratando-se do mesmo fenômeno estudado, porque o suicídio é, ao mesmo tempo, um comportamento individual e social (*Ibidem*: 90).

Com isso, Bastide presumia contribuir para uma nova abordagem sociológica do suicídio. As velhas dicotomias não deveriam mais dominar as pesquisas e as explicações de um fenômeno tão moderno.

15 Aqui, especificamente, não há clareza se Bastide está fazendo referência ao estado ou à cidade de São Paulo. No entanto, como a tabela anteriormente apresentada expressa dados da cidade, presumimos que é desta última que ele trata.

Aqui, antes de concluir este item, uma importante observação se impõe. É interessante verificar que, apesar de muito conhecer e citar Durkheim, Bastide não aborda, tampouco discute, um quarto tipo de suicídio que se encontra indicado ao final do capítulo sobre *Suicídio anômico*, do Livro II, de *O Suicídio*. Trata-se do *suicídio fatalista*: assim como o altruísta se opõe ao egoísta, este se oporia ao anômico; ou seja, neste caso o suicídio decorreria de um excesso de regulamentação social, de um ordenamento exacerbado. Ele incidiria mais sobre jovens casais e mulheres casadas sem filho. Por ser raro nas sociedades modernas, Durkheim defende que seria prescindível seu estudo. No entanto, não deixa de salientar que este tipo de suicídio poderia se revestir de interesse histórico. Segundo ele:

Não é a este tipo que se vinculam os suicídios dos escravos, que afirmam ser frequente em certas condições, e todos os suicídios que podem ser atribuídos às intemperanças do despotismo material ou moral? Para tornar claro este caráter inelutável e inflexível da regra sobre a qual nada se pode, e por oposição a esta expressão de anomia que empregamos, poderíamos designá-lo de *suicídio fatalista* (Durkheim, 2002: 311).

Esta parece ser uma boa sugestão para discutir o suicídio dos escravos que, no entanto, não foi explorado por Bastide. Talvez ele não tenha seguido este caminho por desconhecer tal argumento de Durkheim¹⁶, algo pouco provável, ou por considerá-lo fundamentado naquele dualismo que tanto combatia, conclusão mais verossímil de supor.

3.2. A atual posição da sociologia brasileira frente ao suicídio.

Todavia, posteriormente, esta contribuição de Bastide sobre o estudo do suicídio não foi prosseguida por nossa sociologia. Ao que tudo indica, pelas pesquisas que empreendemos, todo aquele aprendizado foi relegado a segundo plano.

Este quadro é inusitado à medida em que passamos em revista a realidade atual desse fenômeno entre nós. Além dos dados antecipados anteriormente, na Introdução, outros podem complementar e nos fornecer a real dimensão do problema social do suicídio no Brasil.

O artigo *Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006* (Lavoisi et al.: 2009), que contempla um período de quase trinta anos e é anterior ao

16 Na verdade, segundo Philippe Steiner, relegou-se este tipo de suicídio até fins da década de 1950. Quem retirou o conceito da “penumbra em que Durkheim havia deixado” foi Bruce Dohrenwend, em seu artigo *Egoism, altruism, anomie and fatalism: a conceptual analysis of Durkheim's types*, publicado em 1959 na *American Sociological Review* (Steiner, 2005: 56 e 113).

relatório de 2014 da OMS, é um bom instrumento nesse sentido, pois trabalha com muitas variáveis, como gênero, idade, estado civil, nível educacional etc.; aqui, priorizaremos somente alguns dados deste trabalho. Em números absolutos, segundo levantamento dos autores, entre 1980 e 2006 ocorreram 158.952 suicídios no Brasil (*Ibidem*: 88); ou seja, uma média de 6.113, 53 suicídios por ano. Estes números fizeram com que no período considerado a taxa de suicídio passasse de “4,4 para 5,7 mortes por 100 mil habitantes (29,5%)” (*Ibidem*: 88). Os mesmos autores apresentam, em relação aos casos de suicídio, “as seguintes características sociodemográficas e clinicoepidemiológicas...: homens (77,3%), idade entre 20 e 29 (34,2%), sem companheiro/companheira (44,8%) e ter tido pouca educação formal (38,2%)” (*Ibidem*: 88).

No entanto, nesse mesmo trabalho, algo que chama a atenção são os dados relativos às regiões e capitais do país. Se na Região Sudeste os números mantiveram-se quase que intactos de 1980 a 2006, passando de 4,7 para 4,9 suicídios por 100 mil habitantes, na Região Norte os dados ratificam uma tendência que seria confirmada pelo relatório da OMS de 2014: a região passou de 2,7, em 1980, para 4,3 suicídios por 100 mil habitantes, em 2006 (*Ibidem*: 89). Outro dado expressivo é a taxa de suicídio que a cidade de Fortaleza apresentou, em 2006, semelhante às capitais da Região Sul, que detêm as mais elevadas do Brasil: enquanto Salvador, São Luís e Recife apresentaram taxas abaixo de 4 suicídios, a capital cearense apresentou 7,3 suicídios por cada 100 mil habitantes; no mesmo ano, nas cidades de Florianópolis e Porto Alegre os números foram respectivamente de 7,0 e 7,5 suicídios por 100 mil habitantes (*Ibidem*).

Levando em consideração dados mais recentes, do relatório da OMS de 2014, Ferreira Junior faz uma atualização da situação do suicídio nas regiões brasileiras. Assim como no Norte, entre 2002 e 2012 a Região Nordeste teve um crescimento de 51,7% em sua taxa de suicídio (Ferreira Junior, 2015: 23); bem diferente do que ocorreu nas Regiões Centro-Oeste e Sul, que registraram menores aumentos dos casos de suicídios, 16,3% e 15,2% respectivamente. Já a Região Sudeste “observou um crescimento de 35,7% de sua taxa de suicídio, tendo o Rio de Janeiro quase zerado sua taxa de crescimento e Minas Gerais que teve uma elevação de 58,3% nos óbitos por suicídio” (*Ibidem*).

Esta realidade deveria ser um rico campo de estudo para a sociologia brasileira. Todavia, no Brasil, conquanto a obra de Durkheim tenha começado a ser traduzida, estudada e debatida desde o início do século XX (Queiroz, 2014), aspecto que poderia ter-nos influenciado, o suicídio foi relegado por nossa sociologia a um plano secundário; o próprio estudo de Bastide foi deixado de lado. Em contrapartida, em razão de seu impacto no país nos últimos vinte anos, este

fenômeno tem sido reiteradamente pesquisado por psicólogos, psicanalistas, profissionais de enfermagem, médicos, assistentes sociais, historiadores, geógrafos e jornalistas.

O pouco interesse dos estudos sociológicos brasileiros em relação ao suicídio não é muito difícil constatar. Dois exemplos conseguem ser bem representativos dessa situação. No portal *Scielo*, que abriga os principais periódicos científicos brasileiros, inclusive os sociológicos, quando digitamos a palavra “suicídio” temos como resultado 295 artigos científicos. Destes, somente seis podem ser considerados estudos próximos ou relacionados às Ciências Sociais; quatro deles adotam uma perspectiva sociológica¹⁷, mas foram publicados em periódicos da saúde e têm três de seus autores que são especialistas nessa área¹⁸. O sexto artigo, *O suicídio como forma de ação política e social no ceticismo de Montaigne e Hume*, de Cesar Kiraly, que não se trata especificamente de um estudo sobre morte voluntária, foi publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). Aliás, esse é o segundo exemplo, se tomarmos em conjunto cinco de nossas revistas cadêmicas – Sociedade e Estado, Cadernos CRH, Sociologias, Tempo Social e RBCS – disponibilizadas em seus respectivos sites, que cobrem mais de 30 anos, encontramos ao todo 331 números¹⁹, em que somente um único e recente artigo²⁰ tem como objeto o fenômeno do suicídio no Brasil.

Em contrapartida, a grande maioria dos textos, que trata do suicídio e se encontra no *Scielo*, é da área médica: são de revistas de psicologia, psiquiatria, psicopatologia, medicina, enfermagem, saúde pública, epidemiologia etc. Paradoxalmente, não é muito difícil encontrarmos o livro de Durkheim, *O Suicídio*, indicado em suas bibliografias. Não só. Muitas conclusões do sociólogo francês são confirmadas pelas diversas pesquisas que originam os textos publicados, como por exemplo: o suicídio ocorrer mais entre os homens que nas mulheres,

17 São os seguintes: *O Suicídio – reavaliando um clássico da leitura sociológica do século XIX* (Nunes, 1998), *A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública* (Minayo, 1998), que em parte comenta o artigo anterior citado, *Três fórmulas para compreender “O suicídio” de Durkheim* (Teixeira, 2002), *Suicídio e sociedade: um estudo comparativo de Durkheim e Marx* (Rodrigues, 2009) e, citado anteriormente, *O suicídio no Brasil contemporâneo* (Silva et al., 2018).

18 Apesar de Maria Cecília de Souza Minayo ter graduação em Ciências Sociais e mestrado em Antropologia, seu doutorado é em Saúde Pública, bem como quase todas suas pesquisas. Já Marta Maria Assumpção Rodrigues tem graduação em Sociologia, Doutorado em Ciências Política e pesquisa na área de Gestão de Políticas Públicas.

19 Por meio dos sites, pode-se verificar o seguinte: a RBCS, publicada pela primeira vez em 1986, possui 98 números; os Cadernos CRH, cujo primeiro data de 1987, apresenta 82 números; a Tempo Social, que teve início em 1989, publicou 57 números; a Sociologias, iniciada em 1999, publicou 48 números e a revista Sociedade e Estado, que é somente disponibilizada a partir de suas edições de 2002 e apresenta 46 números.

20 Citado anteriormente, trata-se do artigo *O suicídio no Brasil contemporâneo*, publicado em um dos últimos números de Sociedade e Estado.

mais nos celibatários e divorciados que nos casados etc. Contudo, do ponto de vista sociológico, as análises são rápidas e pouco aprofundadas: muito difícil encontrarmos uma explicação mais acurada da razão das pessoas solteiras tirarem mais facilmente suas próprias vidas.

No caso específico dos historiadores, como antecipamos anteriormente, em geral seus estudos sobre o suicídio giram em torno do escravo²¹; muitos *papers* e livros, que encontramos em um primeiro levantamento bibliográfico, expressam isso. Outro detalhe importante a ser destacado é que esses trabalhos se aтем principalmente ao século XIX, em particular nas quatro últimas décadas da escravidão no Brasil.

Apesar de já registrado em outros estudos, como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, *Costumes Africanos no Brasil*, de Manuel Querino, de 1938, e *O Candomblé da Bahia*, de 1958, de Roger Bastide, dentre outros, o suicídio entre os escravos foi objeto de atenção e estudado pelo historiador José Alípio Goulart em seu livro *Da Fuga ao Suicídio (Aspectos de Rebeldia do Escravo no Brasil)*, de 1972. Segundo ele,

O suicídio foi o mais trágico recurso de que se valeu o negro escravo, para fugir aos rigores do regime que o oprimia – excesso de trabalho, maus tratos, humilhações, e, em muitos casos, para eliminar juntamente com a própria vida, o **banzo**, isto é, aquela irreprimível saudade da pátria distante, para sempre fisicamente perdida, à qual só tornaria a voltar graças ao processo de ressurreição, como acreditava (Grifo do autor) (Goulart, 1972: 123).

Além de buscar eliminar o sofrimento e como forma de retornar à terra natal²², de acordo ainda com Goulart, os escravos recorriam ao suicídio como uma forma de vingança, de rebeldia mesmo. Para chegar a esta conclusão, o autor faz um amplo apanhado de casos por quase todas as províncias do Brasil Colônia e Império, nas quais se registram outras causas e os métodos mais utilizados que

21 Aqui, é importante ressaltar que, apesar de todos os trabalhos constarem em suas respectivas bibliografias *O Suicídio*, os estudos históricos sobre o suicídio dos escravos por nós pesquisados não fazem menção ao conceito de *suicídio fatalista*.

22 Roger Bastide faz menção a essa interpretação quando explica a configuração dos espaços onde se realizam os cultos das religiões de origem africana: “Do mesmo modo, as almas dos mortos, embora “fixadas” também em um santuário contíguo ao *candomblé*, deixam o Brasil depois do enterro para se juntarem à grande legião dos espíritos ancestrais. O suicídio de negros escravos não tinha, muitas vezes, senão esta causa. É a hipótese formulada por Tschudi para explicar um fato que não deixava de espantá-lo, o número muito maior de suicídio nas fazendas dos “senhores bons” do que nas dos senhores cruéis. O que para Tschudi não passava de hipótese, é confirmado por d’Assier, que nos traz, neste ponto, o testemunho oral dos próprios escravos: “para voltar o mais depressa possível à nossa terra”” (Bastide, 2000: 90).

os trabalhadores cativos utilizavam para tirar suas vidas; estes diversos casos citados, no entanto, são muito factuais e pouco sistematizados.

Algo diferente, verificamos nos estudos mais recentes. Um bom exemplo é o extenso texto do historiador Jackson Ferreira, “*Por hoje se acaba a vida*”: *suicídio escravo na Bahia (1850 – 1888)*, no qual, por meio de uma controvérsia entre dois médicos – um imputando o ato à “irreligiosidade crescente da população” e o outro aos “fatores patológicos, mais especificamente pela alienação mental” (Ferreira, 2004: 97) – tenta explicar as causas de tal fenômeno. Baseado em muitas fontes e dados, o autor, alicerçada na identificação de uma série de métodos (enforcamento, envenenamento, afogamento, precipitação, arma branca e arma de fogo) e causas (alienação, captura, castigo, crime, venda, amoroso, saúde e particular), tem como objetivo principal “discutir o suicídio como mecanismo de resistência e negociação utilizado por muitos escravos para obter sua liberdade ou alguma autonomia” (*Ibidem*: 198).

Na mesma linha dos trabalhos na área de história, podemos citar o trabalho de Bruno Pinheiro Rodriguês (2009), que estudou o suicídio dos escravos ocorridos em Cuiabá na segunda metade do século XIX. Para tentar determinar as causas do fenômeno, o autor passa em revista vários estudos, de diversas áreas, que enfatizaram desde o desgosto provocado pelo cativo, passando pelos maus tratos e um modo de negociação, até os que o abordaram como um ato de resistência.

Por fim, embora adote uma abordagem histórica, cabe mencionar o trabalho desenvolvido por pesquisadores da área médica. Trata-se de um estudo sobre o suicídio de escravos em São Paulo, ocorridos nas duas últimas décadas do regime escravista, a partir do jornal *Gazeta de Campinas*. Como no estudo da Bahia anteriormente mencionado, os autores apresentam tabelas, nas quais estabelecem paralelos dos suicídios entre escravos e pessoas livres, entre homens e mulheres, entre Campinas e outras regiões de São Paulo, bem como elencam os métodos mais recorrentes utilizados para alcançarem o intento. Estes procedimentos permitem os autores recusarem o clichê simplista que identifica o suicídio como causado pelo desgosto do escravo. Segundo eles, as causas são muitas: castigos excessivos, medo de castigos, recusa à mudança de onde viviam e de serem vendidos, por cometimento de homicídio, desilusão amorosa etc. (Oliveira et al., 2008: 383-384). O que os leva a concluir:

A história social da escravidão sublinha o caráter humano de escravos e senhores, sua ação como sujeitos históricos, sem evidentemente desconsiderar a desigualdade de posições sociais e a violência inerente à escravidão.

Nesse sentido, o suicídio cativo pode ser visto também, mas jamais unicamente, como forma de protesto ou fuga da situação de cativo, sempre considerando a complexidade da experiência da escravidão e a capacidade humana de descobrir formas de viver em condições adversas (*Ibidem*: 386).

A escassez de estudos sociológicos brasileiros sobre o suicídio, talvez explique a razão de uma coleção como a *Primeiros Passos*, da editora Brasiliense, referência de nossas Ciências Sociais nas décadas de 1970 e 1980, tenha procurado um médico, pós-graduando em saúde pública, e não um sociólogo ou antropólogo, para escrever o pequeno livro introdutório *O Que é Suicídio?* (Cassorla, 1985). Do ponto de vista sociológico, embora aconselhe a leitura de *O Suicídio*, o livro é uma lástima. Não há qualquer rigor. É um simples ensaio baseado em muita intuição, informações esparsas e concepções aleatórias retiradas da psicologia e da psicanálise.

Não por acaso, muito pelo que foi exposto anteriormente, os últimos livros publicados que encontramos e que abordam o suicídio por meio de uma perspectiva social não são resultados de pesquisas ou estudos propriamente sociológicos. O primeiro que podemos citar intitula-se *Morreu na Contramão – O Suicídio Como Notícia*, de 2007, que é uma dissertação de mestrado em Comunicação, cujo autor é Arthur Dapieve. Este tomou como fundamento de seu trabalho *O Suicídio*, particularmente os conceitos de suicídio egoísta, altruísta e anômico, que ali são formulados. Com suporte nesses conceitos, ele faz um estudo de como o suicídio é tratado nas redações dos jornais; em geral, segundo o autor, os jornalistas filtram com eufemismos as notícias desse tipo de morte. O segundo livro, que data de 2010, intitula-se *O Suicídio na Cidade de São Paulo – Uma Análise Sob a Perspectiva da Geografia da Saúde*, cujos autores são Daniel Hideki Bando e Ligia Vizeu Barrozzo. Fundadas nas variáveis cultura, migração, religião, renda, instrução, estado civil, algumas formuladas por Durkheim, eles buscam verificar a incidência do fenômeno pelos 96 distritos que compõem aquele espaço urbano. O terceiro livro, publicado em 2011, tem por título *O Suicídio Como Espetáculo na Metrópole* e por autora Fernanda Cristina Marquetti. Fruto de uma tese de doutorado em Saúde Pública, o suicídio, para além de um ato mórbido da pessoa, de seu caráter individual, tem um componente estético-social: tal como um ato teatral, por meio do modo e onde põe fim a sua vida, o suicida age não somente para si, mas tenta transmitir sua ação para a sociedade. Por último, o livro *Loucos e Pecadores: Suicídio na Bahia no Século XIX*, de 2015, de Jackson Ferreira. Originalmente, trata-se de uma dissertação de mestrado em História, que busca mostrar como, por meio da tradição judaico-cristã e das

tradições religiosas africanas, a sociedade do Recôncavo Baiano reagia naquele período ao evento do suicídio.

Levando em conta essa realidade, podemos afirmar que o suicídio é um objeto marginal à sociologia brasileira. Esta o toma como algo menor, que não cabe pesquisar e explicá-lo. Melhor: que nada tem a contribuir para além das outras ciências, principalmente as da área médica, que, por estudarem de maneira sistemática este fenômeno tão presente atualmente em nossa sociedade, pautam os métodos que tratam do referido objeto e, como consequência, estabelecem suas interpretações como parâmetros explicativos legítimos. Ou seja, frente ao suicídio, nossa sociologia parece ter pouco a dizer.

4. Considerações finais

Como explicar essa falta de interesse por fenômeno tão impactante e presente cada vez mais na vida da sociedade brasileira? Propomos aqui responder este questionamento, e de certa forma jogar alguma luz sobre essa situação, formulando algumas hipóteses que, apesar de distintas, não se excluem e podem ser consideradas interconexas.

O tratamento dispensado ao suicídio parece confirmar a conclusão de um outro trabalho por nós publicado (Queiroz, 2014: 417-421): professores como Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, mais tardiamente George Gurvitch, que compuseram a Missão Francesa e foram fundamentais na criação do curso de sociologia da USP, não nutriam muita simpatia pela sociologia durkheimiana. Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, por exemplo, afirma de forma veemente que chegou ao Brasil “em estado de insurreição aberta contra Durkheim” (Lévi-Strauss e Eribon, 2009: 57). Anos mais tarde, em 1988, mesmo já tendo reconhecido a contribuição de Durkheim para a Antropologia, ele reafirma sua posição anti-durkheimiana quando veio para o Brasil²³. Em Bastide também verificamos que, ao longo de sua obra, há uma sistemática recusa da sociologia de Durkheim e de sua escola. No caso da religião como objeto a ser explicado, por exemplo, essa posição foi recorrente: no livro *Éléments de Sociologie Religieuse*, de 1935, não só rejeita definir a religião como um fato social, como também, por consequência, identificar o religioso com a dimensão coletiva (Bastide, 1947: 04-10); vinte três anos depois, em *Le Candomblé de Bahia*, dentre

23 Na entrevista que concedeu a Eribon, Lévi-Strauss declara: “Fui para o Brasil porque queria ser etnólogo. E eu tinha sido conquistado pela etnologia em rebelião contra Durkheim, que não era um homem de campo, ao passo que eu descobria a etnologia de campo através dos ingleses e americanos. Eu estava, portanto, numa posição falsa. Chamaram-me para perpetuar a influência francesa, por um lado, e a tradição Comte-Durkheim, por outro. E eu chegava conquistado, naquele momento, por uma etnologia de inspiração anglo-saxônica. Isto me criou sérias dificuldades” (Lévi-Strauss e Eribon, 1990: 31).

outras posições, Bastide afirma que “não é a morfologia social que comanda a religião ou que a explique, como desejava Durkheim, mas, ao contrário, é o místico que comanda o social” (Bastide, 2000: 59) e rejeita as formas primitivas de classificação, teoria formulada por Durkheim e Mauss (*Ibidem*: 181). No próprio texto sobre o suicídio do negro brasileiro que apresentamos mais acima, além das críticas que ali aparecem, duas outras posições de Bastide evidenciam sua recusa à escola durkheimiana: por um lado, estranhamente ele não cita o livro *As Causas do Suicídio*, de 1930, no qual, assim como ele, Halbwachs defende que o estudo sociológico sobre o suicídio não poderia prescindir da dimensão psicológica, pois que, em última instância, o ato de por fim a própria vida tem um componente individual; por outro, ele não vê problema algum em fazer uso de Gabriel Tarde para explicar o suicídio por meio da questionável e frágil *teoria da imitação*.

Não muito distante das posições de Lévis-Strauss e Bastide, encontra-se Georges Gruvitch: a publicação de seu livro *La Vocation Actuelle de la Sociologie*, em 1950, apresenta-se também como ponto de ruptura da sociologia francesa em relação ao legado de Durkheim. Dentre outras críticas, Gruvitch rejeita os conceitos de consciência coletiva e de fato moral: enquanto os vários argumentos que fundamentam a consciência coletiva transformam-na em uma metafísica, em uma metamoral e em uma teologia (Gruvitch, 1969: 57-58), a determinação do fato moral *não tem base alguma e não consegue* diferenciar seu objeto daqueles das sociologias jurídica e religiosa (*Ibidem*: 199); ao mesmo tempo, essas críticas colocavam em xeque o objeto de estudo da sociologia definido por Durkheim, o fato social, e sua concepção de sociedade. Ao que parece, com tais características e concepções, esses professores franceses não ajudaram muito na difusão da pauta de pesquisas de Durkheim e de sua equipe do *L'Année Sociologique*, incluso aí o suicídio como objeto de estudo, o que deve ter influenciado nossas primeiras gerações de sociólogos e, como consequência, as mais recentes também.

Uma segunda hipótese, próxima da anterior, indica que o tema do suicídio não exerceu qualquer atração sobre nossos sociólogos, apesar de Renato Ortiz (1989) mostrar o quanto *O Suicídio* foi importante para afirmação da sociologia como ciência. Dois parecem ser o motivo desta falta de interesse. Por um lado, até bem pouco tempo atrás, por volta da década de 1970, o número e as taxas de suicídios entre nós não eram muito expressivos. Por outro, sob a influência de Talcott Parsons²⁴, vinculou-se *O Suicídio* ao positivismo, pertencente à primeira

24 Segundo Parsons, a partir de 1898, quando publica *Representações individuais e representações coletivas*, inicia-se o afastamento de Durkheim em relação ao positivismo; este afastamento se conclui quando da publicação de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (Parsons, 2010: 485).

fase intelectual de Durkheim. Esta ligação, e porque não dizer identificação, no contexto da forte presença do marxismo em nossa sociologia, principalmente no período das décadas de 1960 até 1980, parece ter fermentado a repulsa por aquela obra, ao seu objeto e, por extensão, ao legado de seu autor.

Outra hipótese, que de certo modo inclui as anteriores, seria de que as primeiras gerações de sociólogos brasileiros, gestadas no interior de nosso mundo acadêmico, voltaram suas preocupações e estabeleceram como pautas de pesquisa temas relacionados à formação, desenvolvimento e consolidação da modernidade do país. Esta hipótese é reforçada quando passamos em revista as obras de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni etc., e verificamos que os objetos estudados por Durkheim e sua equipe estão ausentes ali.

Esta hipótese parece ser confirmada quando, além do suicídio, verificamos que os seguintes objetos, tão caros à Durkheim, foram deixados por muito tempo de lado por nossa sociologia: a educação e a religião²⁵.

No que se refere à educação, conquanto a obra de Durkheim *Educação e Sociologia* tenha sido traduzida e publicada por Lourenço Filho em 1939 (Dias, 1990), e Fernando Azevedo tenha publicado seu *Sociologia Educacional*, em 1940, este objeto restou por muito tempo fora da área de interesse da sociologia brasileira. Mesmo a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1955, não foi capaz de induzir pesquisas sociológicas sobre o tema. Antes, pelo contrário. Autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, que desenvolveram pesquisas no CBPE, “insistiam em manter sua autonomia crítica e o caráter científico de sua produção” (Costa e Dias da Silva, 2003: 105). Na verdade, “o debate com teorias sociológicas, perspectivas acadêmicas ou processos gerais (de modernização, industrialização, urbanização) se dava em detrimento de pesquisas voltadas para o planejamento e reforma o sistema educacional brasileiro” (*Ibidem*). Para José de Sousa Martins, é somente nos primórdios da década de 1960 que vai se iniciar a pesquisa sociológica nesta área (Martins, 2010: 214-215). Contudo, o estudo sociológico sobre a educação ganha impulso de fato, mas não sem dificuldades, na década de 1990, quando passa a ser linha de pesquisa nos programas de pós-graduação

25 Desde o início de sua vida acadêmica, em Bordeaux, até sua morte, em 1917, quando já lecionava na Sorbonne, Durkheim dedicou uma parte de suas atividades à educação, quer na formação de professores para a III República, quer analisando e formulando teorias sobre os processos pedagógicos (Steiner, 2005: 07). (Ortiz, 1989: 06-08); daí resultaram livros como *Educação e Sociologia*, *Educação Moral e A Evolução Pedagógica na França*. No que se refere à religião, não só ela se faz presente desde seus primeiros estudos como também, a partir de 1895, ela se torna o ponto de referência de suas análises sociológicas e proporciona, em 1912, a publicação das *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (Steiner, 2005: 22-26) (Queiroz, 2017).

de Ciências Sociais e Sociologia e tema de GTs na ANPOCS, ANPED, etc. (Costa e Dias da Silva, 2003: 107-120)²⁶.

Algo semelhante ocorreu em relação ao fenômeno religioso, apesar de sua importância – por diferentes motivos – para a sociedade brasileira. Assim como no caso do suicídio do negro, os estudos de Roger Bastide sobre a religião, mais particularmente as de matriz africana, nas décadas de 1940 e 1950, que resultaram nos livros *O Candomblé da Bahia* e *As Religiões Africanas no Brasil*, não teve continuidade. Segundo Pierucci, foi somente em 1961, com a publicação de *Kardecismo e Umbanda*, de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, que de fato teve início nossa sociologia da religião (Pierucci, 1999: 238-240); na verdade, ela só ganha impulso na década de 1970.

Esta realidade, ao que tudo indica, começa a ser revista; o recente texto – fruto de uma pesquisa coletiva – publicado na revista *Sociedade e Estado* aponta nesta direção. Nesta toada, somando cada vez mais esforços, os elementos aqui discutidos, avaliamos, permitem vislumbrar uma nova perspectiva para a sociologia no que se refere ao suicídio enquanto objeto de estudo, mitigando assim o predomínio das ciências médicas e das que tratam da psique; o que não significa deixar de reconhecer suas contribuições e interagir com elas. Ato contínuo, tendencialmente, abrir-se-á a possibilidade do estabelecimento de outros elementos explicativos para o fenômeno, não mais restringindo-os a um problema de saúde pública ou de natureza puramente individual.

Referências

- BASTIDE, Roger. Le suicide du nègre brésilien. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, v. 12, 1952, pp. 79-90.
- _____. *Éléments de Sociologie Religieuse*. Paris, Librairie Armand Colin, 1947.
- _____. *Le Candomblé de Bahia*. Paris, Plon, 2000.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo*. 4. ed. São Paulo, Global, 2008.
- DIAS, Fernando Correia. Durkheim e a sociologia da educação no Brasil. *Em Aberto*. Brasília, ano 09, n. 46, 1990, pp. 33-48.
- BANDO, Daniel Hideki e BARROZO, Lígia Vizeu. *O Suicídio na Cidade de São Paulo*. São Paulo, Humanitas, 2010.

26 Tal análise poderia ser objetada afirmando que Florestan Fernandes produziu inúmeros estudos sobre tema. Contudo, quando consultamos o volumoso livro *Educação e Sociedade no Brasil*, de 1966, ou *A Questão da USP*, de 1984, verificamos que são textos de balanços e análises conjunturais sobre a educação brasileira. Apesar de importantes, eles não são produtos de pesquisas sociológicas sistemáticas dos processos pedagógicos.

- BAUDELOT, Christian e ESTABLET, Roger. *Durkheim et le Suicide*. 5. éd. Paris, PUF, 1999.
- . *Suicide (L'envers de notre monde)*. Paris, SEUIL, 2006.
- . *Suicide (L'envers de notre monde)*. Paris, SEUIL, 2018.
- BESNARD, Joséphine. La référence aliéniste de Durkheim: Alexandre Briere de Boismont. In: BORLANDI, Massimo e CHERKAOUI, Mohamed. (Orgs.) *Le Suicide (un siècle après Durkheim)*. Paris, PUF, 2000, pp. 47-62.
- BESNARD, Philippe. Mariage et suicide: la théorie durkheimienne de la régulation conjugale à l'épreuve d'un siècle. *Revue Française de Sociologie*. Paris, v. XXXVIII, n. 4, 1997, pp. 735-758.
- BORLANDI, Massimo. Lire ce que Durkheim a lu. Enquête sur les sources statistiques et médicales du Suicide. In : BORLANDI, Massimo e CHERKAOUI, Mohamed. (Orgs.) *Le Suicide (un siècle après Durkheim)*. Paris, PUF, 2000, pp. 09-46.
- BOURGOIN, Nicolas. *Le suicide en Prison*. Paris, L'Harmattan, 1994.
- CASSORLA, Roosevelt Moisés Smeke. *O que é suicídio?* São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. *Solidariedade: elo da vida/posto CVV de Fortaleza*. Fortaleza, Gráfica LCR, 2002.
- CHAUVEL, Louis. L'uniformisation du taux de suicide masculin selon l'âge: effet de génération ou recomposition du cycle de vie ? *Revue Française de Sociologie*. Paris, v. XXXVIII, n. 4, 1997, pp. 681-734.
- CHESNAIS, Jean-Claude. *Les Morts Violentes em France Depuis 1826 (Comparations Internationales)*. Paris, PUF, 1976.
- COSTA, Márcio da e DIAS DA SILVA, Graziella Moraes. Amor e desprezo: o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14. *Revista Brasileira de Educação*, n. 22, 2003, pp. 101-120.
- MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, n. 41, 1999, pp. 141-158.
- MARX, Karl. *Sobre o Suicídio*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- CAZAUVIEILH, Jean-Baptiste. *Du Suicide, de L'alienation mentale et des Crimes Contre les Personnes, Comparés Dans Leurs Rapports Réciproques*. Paris, Baillière, 1840.
- COUSTEAUX, Anne-Sophie e PAN KÉ SHON, Jean-Louis. Le mal-être a-t-il un genre? Suicide risque suicidaire, dépression et dépendance alcoolique. *Revue Française de Sociologie*. Paris, v. 49, n. 1, 2008, pp. 53-92.
- CUIN, Charles-Henry e CRESLER, François. *História da Sociologia*. São Paulo, Ensaio, 1994.
- CYRIL, Lemieux. Problematizar. In: PAUGAM, Serge. (Org.) *A Pesquisa Sociológica*. Petrópolis, Vozes, 2015, pp. 33-51.
- DAPIVIE, Arthur. *Morreu na Contramão*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- DIAS, Fernando Correia. Durkheim e a sociologia da educação no Brasil. *Em Aberto*. Brasília, ano 9, n. 46, 1990, pp. 33-48.

- DUCHAC, René. Suicide au Japon, suicide à la japonaise. *Revue Française de Sociologie*. Paris, v. V, n. 4, 1964, pp. 402-415.
- DURKHEIM, Émile. *Le Suicide*. Paris, 11^{éd.} PUF/Quadrige, 2002.
- ESTABLET, Roger. A atualidade de O Suicídio. In: MASSELA, Alexandre Braga. e PINHEIRO FILHO, Fernando. (Orgs.) *Durkheim: 150 Anos*, Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009, pp. 119-129.
- FELLAG, Hocine. Adolph Quetelet, inventeur de l'homme moyen. *Revue Campus*. Tizi-Ouzou, n. 6, 2007, pp. 16-20.
- FERNANDES, Florestan. *A Questão da USP*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.
- FERREIRA, Jackson. *Loucos e Pecadores: Suicídio na Bahia no Século XIX*. Salvador, Kalango, 2015.
- _____. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia (1850 – 1888). *Revista Afro-Ásia*. Salvador, n. 31, 2004, pp. 197-234.
- FERREIRA JR, Avimar. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Psicologia*. Salvador, v. 2, n. 1, 2015, pp. 15-28.
- GIDDENS, Anthony. *Em Defesa da Sociologia. Ensaios, Interpretações e Tréplicas*. São Paulo, Editora UNESP, 2001.
- GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio (Aspectos de Rebeldia do Escravo no Brasil)*, Rio de Janeiro, Conquista, 1972.
- GUERRY, André-Michel. *Statistique Morale de la France*, Paris, L'Académie Royale des Sciences, 1935.
- GRUVITCH, Georges *La Vocation Actuelle de la Sociologie*. Tome II. Paris, PUF, 1969.
- HALBWACHS, Maurice. *Les Causes du Suicide*. Paris, PUF, 2002.
- LAVOSI, Giovanni Marcos e SANTOS, Simone Agadir. (Orgs.). Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. São Paulo, n. 31 (suplemento II), 2009, pp. 86-94.
- LE ROY, Émile. *Étude Sur le Suicide et les Maladies Mentales Dans le Département de Seine-et-Marne: Avec Points de Comparaison Pris en France et à L'étrange*. Paris, Victor Masson et Fils, 1870.
- LÉVI-STRAUSS, Claude e ERIBON, Didier. *De Longe e de Perto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- LUKES, Steven. Émile Durkheim: Su Vida y Su Obra. 4. ed. Madrid, Siglo XXI, 1984.
- MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, São Paulo, 1999.
- MARQUETTI, Fernanda Cristina. *O Suicídio Como Espetáculo na Metrópole*. São Paulo, FAP-UNIFESP, 2011.

- MARTINS, José de Souza. Luiz Pereira e sua circunstância. *Tempo Social*. São Paulo, v. 22, n. 1, 2010, pp. 211-276.
- MARX, Karl. *Sobre o Suicídio*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- MAUSS, Marcel. Avant-propos. In: HALBWACHS, Maurice. *Les Causes du Suicide*. Paris, PUF, 2002, pp. 01 -02.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 1998, pp. 421-428.
- MOREAU DE TOURS, Paul. *De la Contagion du Suicide. A Propos de Lépidemie Actuelle*. Paris, A. Parent, Imprimeur de la Faculté de Medicine, 1975.
- NUNES, Everardo Duarte. O Suicídio – reavaliando um clássico da leitura sociológica do século XIX. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, n. 14, v. 1, 1998, pp. 07-34.
- OLIVEIRA, Saulo Veiga e ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2008, pp. 371-388.
- ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 11, v. 4, 1989, pp. 05-24.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Sociologia da religião: área impuramente acadêmica. In: MICELI, Sergio. (Org.) *O Que Ler na Ciência Social Brasileira*. São Paulo, Sumaré/ ANPOCS, 1999, pp. 237-286.
- PARSONS, Talcott. *A Estrutura da Ação Social*. V. I, Petrópolis, Vozes, 2010.
- QUEIROZ, José Benevides. A sociologia de Durkheim no Brasil. In: REIS, Eliana Tavares dos e GRILL, Igor Gastal. (Orgs.) *Estudos Sobre Elites Políticas e Culturais*. São Luís, EDUFMA, 2014, pp. 393-425.
- . As formas elementares: ponto de redefinição da sociologia durkheimiana? *Sociologias*. Porto Alegre, v. 19, n. 44, 2017, pp. 72-91.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. Suicídio e sociedade: um estudo comparativo de Durkheim e Marx. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 12, n. 4, 2009, pp. 698-713.
- RODRIGUÊS, Bruno Pinheiro. O suicídio de escravos em Cuiabá na segunda metade do século XIX. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.snh2009.anpuh.org/>>. Acesso em: 04 dez. 2019.
- SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da e PRATES, Antônio Augusto Pereira. (Orgs.). O suicídio no Brasil contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 33, n. 2, 2018, pp. 565-579.
- STEINER, Philippe. *La Sociologie de Durkheim*. 4. éd. Paris, La Découvert, 2005.
- TEXEIRA, Ricardo Rodrigues. Três fórmulas para compreender “O Suicídio” de Durkheim. *Interface*. Botucatu, v. 6, n. 11, 2002, pp. 143-152.

TISSOT, Joseph. *De la Manie du Suicide et de L'esprit de Revolte, de Leurs Causes et de Leurs Remèdes*. Paris, Ladrance, Libraire-Éditeur, 1840.

DISPONÍVEL em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779_eng.pdf;jsessionid=FE426D3A70587CBD812B76BC24CFA496?sequence=1>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Recebido em: 05/01/2019

Aprovado em: 01/08//2020

Como citar este artigo:

QUEIROZ, José Benevides. O Suicídio na Sociologia Brasileira. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1453-1480.